

Finanças pessoais e endividamento: Uma Análise da Educação Financeira e suas Implicações no Vale do Itaim – PI

Personal finances and debt: An analysis of financial education and its implications in Vale do Itaim – PI

Beatriz Sousa Calazans Santos¹Marli Ferreira de Carvalho Damasceno²Joicione Gezislau Rodrigues³

RESUMO

Este trabalho aborda a problemática do endividamento na região do Vale do Itaim, situada no estado do Piauí. Diante de um cenário econômico desafiador e da falta de educação financeira, a pesquisa buscou compreender os desafios enfrentados pelos indivíduos na gestão de suas finanças pessoais, identificar causas e fatores contribuintes para o endividamento e propor sugestões para incentivar práticas financeiras saudáveis. A relevância social e econômica do tema é destacada, considerando seus impactos na qualidade de vida, relacionamentos e na estabilidade econômica do país. Com uma abordagem quali-quantitativa, a pesquisa utilizou uma pesquisa de campo, envolvendo 16 municípios. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário virtual, abordando dados socioeconômicos, endividamento e fatores relacionados. A análise descritiva dos dados revelou a urgência da situação, com altos índices de endividamento e inadimplência. Além disso, uma ação interventiva foi implementada por meio de um minicurso online, visando disseminar conhecimentos sobre finanças pessoais. Os resultados indicam a necessidade de intervenções educativas para promover uma mudança positiva nas práticas financeiras da população, destacando a importância da conscientização e do planejamento para uma gestão eficaz dos recursos.

PALAVRAS-CHAVE: Endividamento; Educação Financeira; Planejamento Financeiro.

ABSTRACT

This work addresses the issue of debt in the Vale do Itaim region, located in the state of Piauí. Faced with a challenging economic scenario and a lack of financial education, the research sought to understand the challenges faced by individuals in managing their personal finances, identify causes and contributing factors to debt and propose suggestions to encourage healthy financial practices. The social and economic relevance of the topic is highlighted, considering its impacts on

¹Graduada em Administração pelo Instituto Federal do Piauí – Campus Paulistana. E-mail: biasousati@gmail.com

²Doutoranda em Letras pela UFPI. Docente do Instituto Federal do Piauí – Campus Paulistana. E-mail: marlidamasceno@ifpi.edu.br

³Graduado em Administração do Instituto Federal do Piauí – Campus Paulistana. E-mail: capau.20192admi0277@aluno.ifpi.edu.br

Revista Interdisciplinar

the country's quality of life, relationships and economic stability. With a qualitative-quantitative approach, the research used field research, involving 16 municipalities. Data collection was carried out using a virtual questionnaire, addressing socioeconomic data, indebtedness and related factors. The descriptive analysis of the data revealed the urgency of the situation, with high levels of debt and default. Furthermore, an intervention action was implemented through an online mini-course, aiming to disseminate knowledge about personal finances. The results indicate the need for educational interventions to promote a positive change in the population's financial practices, highlighting the importance of awareness and planning for effective resource management.

KEYWORDS: Debt; Financial Education; Financial Planning.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 2000, com a globalização e a revolução tecnológica, o desejo de consumir se intensificou ainda mais entre a população. No entanto, a falta de conhecimentos financeiros, a ausência de aplicação dos conceitos financeiros na vida pessoal e a falta de habilidades de gestão de recursos levaram as pessoas a ter dificuldades em manter uma saúde financeira adequada.

É comum que aqueles que não receberam educação financeira comprometam uma parte significativa de sua renda, não consigam cumprir todas as obrigações financeiras assumidas e acabem se endividando novamente. É importante adotar controles financeiros para uma gestão adequada dos recursos, como indicar o momento ideal para poupar, investir ou acumular ativos de valor.

A educação financeira é crucial para ajudar os consumidores a planejar e gerir sua renda, além de orientá-los sobre a importância de poupar e investir, como destacado por Costa (2004). No entanto, dados de uma pesquisa do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) realizada em março de 2020 revelam que mais da metade dos brasileiros (52,1%) não possui o hábito de poupar, o que os deixa despreparados para imprevistos.

Dados recentes demonstram a urgência e a necessidade de abordar esse tema. De acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC, 2023), o percentual de endividamento no Brasil atingiu um recorde em março de 2023, chegando a 78,3% da população, o maior índice desde 2010.

Além disso, 29,1% da população brasileira está inadimplente, sendo que 11,6% afirmam não ter condições de pagar suas dívidas (Abdala, 2023). O fácil acesso ao crédito nas últimas décadas levou os brasileiros a se endividarem, especialmente por meio de cartões de crédito, que contribuíram para os níveis de inadimplência (Sbicca; Floriani; Juk, 2012). Um relatório do Serasa (2023) sobre a inadimplência em abril

Revista Interdisciplinar

deste ano destaca que os principais segmentos com dívidas são bancos/cartões de crédito, contas básicas (como água, luz e gás) e varejo.

Além das dificuldades financeiras, o endividamento também afeta as relações pessoais, familiares e profissionais, conforme mencionado por Cerbasi (2004). A qualidade de vida das pessoas é diretamente influenciada por sua saúde financeira. Problemas nessa área podem refletir-se na alimentação, no lazer e em diversos aspectos da vida cotidiana. É comum observar altos níveis de insatisfação e estresse em pessoas que lidam com problemas familiares, muitas vezes originados da má administração de seus recursos financeiros disponíveis.

Cavalcante, Melo e Almeida (2014) destacam que uma vida financeira saudável não está necessariamente relacionada ao valor da renda, mas sim a uma boa gestão dos recursos individuais ou familiares. Portanto, é cada vez mais importante que os cidadãos brasileiros adotem práticas de gerenciamento financeiro, como elaboração de orçamentos e redução de despesas, a fim de evitar saldos negativos.

Compreender o uso inteligente do dinheiro deveria ser parte essencial do conhecimento de cada indivíduo, uma vez que ele é um recurso fundamental para a subsistência e o progresso na vida. No entanto, grande parte da população brasileira enfrenta desafios quando se trata de buscar conhecimentos sobre a gestão das finanças pessoais, em um contexto de alta oferta de crédito e baixo domínio do assunto.

Considerando os dados apresentados, surge o seguinte questionamento: qual o endividamento e a percepção da população sobre finanças pessoais e planejamento financeiro? Como objetivo geral, o trabalho busca analisar o endividamento na região do Vale do Itaim, investigando seus desdobramentos. Quanto aos objetivos específicos, tem-se: 1) identificar os principais desafios enfrentados pelos indivíduos na gestão de suas finanças pessoais; 2) investigar as principais causas e fatores que contribuem para o endividamento; 3) averiguar se as finanças pessoais são influenciadas pela falta de educação financeira; 4) propor sugestões para incentivar melhores práticas nas finanças pessoais e evitar o endividamento.

A presente pesquisa justifica-se na ideia de que o conceito de "finanças" desempenha um papel cotidiano na vida das pessoas e, como enfatizado por Frankenberg (1999), o planejamento financeiro pessoal não é algo abstrato, estático ou inflexível. Pelo contrário, é um plano que as pessoas elaboram com base em seus valores e objetivos, buscando alcançar suas aspirações específicas. Nesse sentido, a importância abrangente das finanças pessoais é evidente, pois, de acordo com Halfeld (2006), a organização financeira e patrimonial pode ter um impacto direto na qualidade de vida de um indivíduo. Assim, pode-se comparar a falta de um planejamento financeiro adequado e adaptado à realidade pessoal com um barco sem rumo, navegando à deriva.

Revista Interdisciplinar

Embora o planejamento financeiro pessoal seja um tópico que tem sido explorado recentemente e merece reconhecimento e pesquisas adicionais, vários autores reconhecem a falta de embasamento teórico sobre o assunto, o que tem despertado interesse tanto de profissionais quanto de acadêmicos (Foulks; Graci, 1989; Lahey; Kim; Neuman, 2003; Souza; Torralvo, 2003; Alfest, 2004).

Logo, o estudo possui grande relevância acadêmica, uma vez que se trata de um tema multidisciplinar que abrange áreas como: Economia, Psicologia, Sociologia e Administração. Compreender os desdobramentos desses fatores na sociedade atual é fundamental para fornecer subsídios teóricos e práticos que contribuam para a promoção de uma educação financeira eficaz e para a implementação de políticas públicas voltadas para a redução do endividamento e o aumento da estabilidade financeira dos indivíduos.

No que tange à sua relevância social, o tema possui significativa pertinência. O alto endividamento das pessoas afeta diretamente sua qualidade de vida, relacionamentos familiares, bem-estar emocional e até mesmo sua saúde física. Compreender os desdobramentos desses fatores na sociedade possibilita a identificação de problemas estruturais e a busca por soluções que possam melhorar a situação financeira dos indivíduos, promovendo maior estabilidade e bem-estar social.

Sob o ponto de vista econômico, é importante mencioná-lo uma vez que o endividamento excessivo das pessoas pode causar impactos negativos na economia como um todo. O aumento do endividamento pode levar a crises financeiras, diminuição do consumo, queda na produção e aumento da inadimplência. Compreender os fatores que contribuem para o endividamento das pessoas e buscar soluções para reduzi-lo é fundamental para promover uma economia mais estável e saudável.

2 ALGUNS CONCEITOS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E FINANÇAS PESSOAIS

Cada indivíduo adulto enfrenta questões financeiras em sua vida. É crucial tomar decisões sobre como administrar os recursos financeiros, seja para garantir a subsistência imediata ou para se preparar para o futuro. Cada pessoa tem o poder de decidir como ganhar e usar o dinheiro. Homens e mulheres fazem escolhas conscientes ou inconscientes que moldam sua gestão financeira pessoal. É, portanto, essencial adquirir conhecimentos básicos sobre finanças pessoais e economia doméstica.

Segundo Gitman (2010), finanças é a ciência e a arte de gerenciar o dinheiro. Garman (2008) define finanças pessoais como o modo como as pessoas gastam, economizam, protegem e investem seus recursos financeiros. A gestão das finanças pessoais engloba todas as ações e decisões tomadas por cada indivíduo em relação aos seus recursos financeiros para alcançar objetivos pessoais. Ter um patrimônio,

Revista Interdisciplinar

formar uma família, ter uma carreira ou realizar uma viagem dos sonhos são exemplos de metas que todos almejam. O conhecimento sobre finanças pessoais é uma ferramenta promissora para atingir essas metas. Mao (2017) afirma que as finanças pessoais envolvem todas as decisões financeiras individuais, como orçamento, poupança, seguro e hipotecas, levando em consideração uma variedade de produtos financeiros e fatores pessoais, que têm um grande impacto na vida e no futuro de uma pessoa.

Alcançar a chamada "independência financeira" é um dos objetivos de quem estuda finanças pessoais. A independência financeira refere-se à capacidade de arcar com as despesas e acumular riqueza sem depender exclusivamente de um salário ou renda fixa. Isso significa que o dinheiro investido por essa pessoa gera renda por conta própria, graças aos juros compostos aplicados em seus investimentos. Isso proporciona maior liberdade de escolha e facilita a realização de sonhos, sem a necessidade de se adequar a uma determinada carreira ou condição salarial.

Além do benefício pessoal, o conhecimento sobre finanças pessoais também é positivo para os relacionamentos interpessoais. Muitas discussões familiares têm suas raízes em questões financeiras, que podem se disfarçar como outros problemas. Quando a renda familiar não é suficiente para cobrir todas as despesas e atender às expectativas, os relacionamentos podem se abalar e surgem conflitos, que nem sempre são percebidos pelos envolvidos como resultado de uma má gestão do dinheiro, conforme Cerbasi (2014) menciona. Silva (2018, p. 218) corrobora essa afirmação ao destacar que "a gestão financeira ineficiente entre os jovens pode desencadear diversos conflitos pessoais e sociais, como dificuldades nos relacionamentos entre as pessoas de uma sociedade".

Embora dada toda sua importância, nota-se que falar sobre dinheiro ainda é considerado tabu. Discutir sobre divisão de despesas, adiar a compra de um produto desnecessário ou dizer "não" a outras pessoas quando envolve dinheiro ainda é um desafio, pois aqueles que economizam e gerenciam seus recursos financeiros com firmeza podem ser vistos como avarentos, egoístas e mesquinhos. Essa visão poderia ser diferente se as pessoas falassem mais sobre finanças pessoais, pois um tabu só pode ser superado com um diálogo claro e eficiente.

A internet tem desempenhado um papel importante na mudança dessa realidade. O acesso ao conteúdo online tornou-se mais acessível nos últimos anos, e muitos influenciadores digitais começaram a abordar o tema da educação financeira, desmistificando-o e explicando de forma simples conceitos que antes eram compreendidos apenas por especialistas em economia. Isso tem facilitado o acesso ao conhecimento e ao discurso sobre dinheiro no país. Nos últimos anos, surgiram diversos canais no *YouTube*, no Brasil, que abordam economia doméstica e finanças pessoais, tornando termos e linguagens econômicas mais compreensíveis para a população em geral.

Revista Interdisciplinar

O canal "Me Poupe", criado pela jornalista e especialista em finanças Nathália Arcuri, é um exemplo desse movimento. Fundado em fevereiro de 2015, o canal cresceu e conta hoje com mais de 500 milhões de visualizações e mais de sete milhões de inscritos, tornando-se a primeira plataforma de entretenimento financeiro do mundo. Embora não seja conteúdo acadêmico, a visibilidade alcançada pelo canal demonstra o crescente interesse das pessoas pelo assunto. Vários outros canais e plataformas surgiram desde então, com o mesmo objetivo de tornar o conhecimento sobre finanças mais acessível no país.

2.1 Implementação do Planejamento Financeiro

A implementação de um planejamento financeiro consiste na organização de estratégias para alcançar metas pessoais. Essa medida é essencial para colocar em prática o conhecimento teórico sobre finanças pessoais. O planejamento financeiro envolve a maneira como o dinheiro é utilizado e como esse recurso será direcionado para atingir metas de curto, médio e longo prazo de maneira clara e tangível.

De acordo com Mao (2017), o planejamento financeiro auxilia as pessoas a alcançarem seus objetivos pessoais, estabelecendo um caminho desde a situação financeira atual até o objetivo desejado. Há benefícios significativos na vida daqueles que praticam o planejamento financeiro. De acordo com Macedo Júnior (2013, p. 26), "o planejamento financeiro é o processo de gerenciar seu dinheiro com o objetivo de alcançar a satisfação pessoal, permitindo controlar a situação financeira para atender às necessidades e alcançar objetivos ao longo da vida".

Segundo Garman (2008), uma das principais vantagens do planejamento financeiro é o uso consciente do dinheiro, reservando uma parte da renda e estabelecendo um nível de gastos de acordo com as necessidades básicas. Isso segue o princípio de "pagar-se primeiro", onde o planejador separa os recursos que serão utilizados para alcançar as metas e reconhece essa reserva como prioridade antes de pagar as despesas pessoais.

Garman (2008) também propõe que o planejamento financeiro pode ser dividido em três áreas: despesas, gerenciamento de riscos e acumulação de capital. Reduzir os gastos de forma a permitir um estilo de vida um pouco abaixo do possível é fundamental para criar uma reserva financeira e conquistar a independência financeira no futuro. Gerenciar as finanças de modo a mitigar possíveis imprevistos ajuda a evitar desequilíbrios no orçamento, garantindo que o plano estabelecido permaneça estável e que os objetivos sejam alcançados. A acumulação de capital refere-se à formação de uma reserva financeira para atingir esses objetivos. Portanto, com esses três pilares, o planejamento financeiro pode ser implementado, proporcionando estabilidade no presente para a realização dos sonhos desejados.

Revista Interdisciplinar

De acordo com Mao (2017), o planejamento financeiro começa com uma avaliação completa da situação financeira atual, identificando a renda, despesas, empréstimos e outros elementos financeiros. É crucial que o indivíduo analise cuidadosamente seu panorama financeiro. Para compreender a situação financeira de uma pessoa, é necessário aplicar o conceito de patrimônio líquido, categorizando seus ativos (o que possui, como dinheiro, investimentos, imóveis e outros bens) e passivos (o que deve, como empréstimos, hipotecas, financiamentos, dívidas de cartão de crédito, por exemplo). A diferença entre os ativos e os passivos determina o patrimônio líquido, refletindo a riqueza acumulada em determinado período. Um saldo negativo indica que a pessoa gasta mais do que ganha.

Na gestão dos gastos, o planejador pode identificar gargalos que dificultam a formação de reservas. Para isso, é necessário um controle e registro de todas as despesas mensais, categorizando-as em diferentes tipos de gastos e estabelecendo metas para cada categoria, com o objetivo de reduzir despesas desnecessárias e manter os gastos de acordo com o planejamento estabelecido. Esse controle detalhado pode ser realizado em um mês a cada semestre, adaptando o planejamento nos outros cinco meses de acordo com a realidade identificada na análise desse controle. O período de análise periódica pode variar de acordo com as circunstâncias individuais e familiares.

2.2 Endividamento: conceito e suas variáveis

Conforme Marques (2003, p. 3), “entende-se por endividamento o saldo devedor de um agregado familiar”. É a condição em que parte da sua receita é comprometida em razão da utilização de crédito. Para obterem um produto ou serviço no tempo presente, esses consumidores se dispõem a assumir um compromisso a longo prazo comprometendo parte da sua renda mensal. Essa circunstância é esperada numa sociedade onde o crédito é largamente acessível, como é o caso do Brasil, mas essa alta disponibilidade creditícia também pode gerar o multi endividamento, que é quando o crédito é utilizado em mais de um contrato de crédito firmado, e pode dar origem à situação de superendividamento e inadimplência, em que o consumidor não cumpre o seu compromisso de pagamento dentro do prazo estabelecido. Essa situação limita o planejamento familiar e dificulta a formação de poupança, trazendo frustração e conflitos pessoais e familiares.

O consumidor superendividado (ou sobreendividado) pode se colocar nessa posição de maneira inconsciente, quando não tem informações suficientes para a utilização do crédito de forma hábil, mas mesmo assim o utiliza, ou consciente, quando detém o conhecimento, porém não o aplica, assumindo inúmeras obrigações que não tem condições de realizar. As causas podem ser diversas, incluindo imprevistos ou situações não planejadas como questões de saúde familiar, morte de cônjuge, divórcios, atrasos de salário,

Revista Interdisciplinar

perda de emprego, entre outros. Há situações também que envolvem julgamento equivocado, como má avaliação do orçamento, consumo irresponsável e contratação de crédito caro. A execução de um planejamento financeiro auxilia a evitar esse tipo de circunstância.

Indivíduos superendividados interferem diretamente na economia de uma comunidade, haja vista que todas as relações comerciais se baseiam na forma como cada uma das partes honra com os compromissos firmados. O superendividamento reduz o poder de compra, o que impede que as pessoas tenham capacidade de comprar novamente.

A venda à prazo, como é praticada no Brasil, por exemplo, é realizada com base no crédito já disponibilizado pelas administradoras de cartão e financeiras, que por sua vez utilizam de dados sobre os hábitos de consumo e capacidade de pagamento de seus clientes. Se estes se encontram em superendividamento, não têm capacidade em realizar o pagamento dos compromissos já firmados, tampouco podem cumprir novos compromissos que venham a ser estabelecidos. Dessa forma, o crédito já não fica tão acessível, impossibilitando a realização de novos negócios.

Os clientes ficam impedidos de consumirem os produtos e serviços ofertados pelo mercado, que por sua vez sofre uma desaceleração, prejudicando os ofertantes desse mercado em razão da dificuldade em vender sua força de trabalho e seus produtos. O cliente não consegue mais comprar, o comerciante já não consegue mais vender e todos os lados são prejudicados. Marques (2003, p. 9 -10) fala sobre a situação de exclusão dessas famílias e a importância de um suporte conjunto para resolução dessa questão:

O sobreendividamento das famílias não se reduz, pois, a um problema de falta de liquidez. Ele é suscetível de se transformar num problema social grave. Acresce que, a exclusão do mercado de crédito e do mercado de outros bens e serviços implica, frequentemente, a exclusão do convívio social e familiar dos sobre-endividados e tem repercussões na atividade laboral. Como um círculo vicioso esse colocar-se, e ser colocado, à margem acaba por influenciar negativamente a capacidade e a vontade de reorganização financeira e profissional destas pessoas. Por isso, tratar esse problema pode implicar, em muitos casos, uma abordagem multidisciplinar e abrangente, capaz de promover a autoestima e ajudar a manter os sobre-endividados econômica e socialmente integrados.

É de responsabilidade de cada indivíduo, conjuntamente com o Estado, com as famílias e com toda a sociedade, dominar e difundir o conhecimento sobre finanças. Marques (2003, p. 8) também aborda sobre esta relação entre a sociedade e o nível de sobreendividamento de sua população:

[...] Se o sobreendividamento é quase sempre uma situação do foro pessoal ou familiar, diretamente induzida por um imprevisto de vida ou por uma má decisão financeira, não deixa de ser também um problema de natureza social, diretamente relacionado com a saúde financeira da própria economia.

Revista Interdisciplinar

A influência da desorganização financeira e superendividamento é tamanha que essa questão é uma das causas para ideação suicida, segundo estudos da Universidade de Cambridge. Conforme Bebbington *et al.* (2011), a dívida pessoal, o desemprego e a crise financeira são correlatos-chave da ideia suicida.

Em 2007, 4,3% dos adultos na Inglaterra pensaram em tirar a própria vida nos últimos 12 meses anteriores à pesquisa, variando de 1,8% dos homens com 55 anos a 7,0% das mulheres com 35-54 anos. Aqueles em dívida tinham o dobro de probabilidade de pensar sobre suicídio, sendo que os indivíduos com várias dívidas eram mais prováveis de relatar ideação suicida do que os que tinham apenas uma dívida. A dificuldade em pagar dívidas de aluguel, pagamentos de compras, e quitação de dívidas no cartão de crédito, além de dívidas relacionadas à habitação, (aluguel e hipotecas em atraso), foi fortemente associada a pensamentos suicidas. Sentimentos de desesperança mediaram parcialmente a relação entre dívida e ideação suicida.

Bebbington *et al.* (2011) também comenta sobre o fato de que as estatísticas mostram um aumento das taxas de suicídio em 2008 no Reino Unido (o primeiro aumento significativo em 20 anos), período de crise econômica e dificuldade financeira. A forte associação de dívida e ideação suicida se encaixa com resultados de estudos que analisam as circunstâncias daqueles que morrem por suicídio. Bebbington *et al.* (2011, *apud* YIP *et al.*, 2007) mostra uma pesquisa feita em Hong Kong em que a severidade da dívida se tornou fator-chave.

Entre os relatados casos de suicídio, eles descobriram que a atividade em jogos de azar estava entre as principais causas do acúmulo de dívidas e que contribuíram para cerca de 34% do total. Dificuldades e falhas em negócios (11%) e consumo excessivo de produtos e serviços ligados à vícios (8%) foram dois outros fatores importantes. A dificuldade econômica apenas contribuiu com uma pequena porção, embora quase metade de todos os suicídios ocorreram em desempregados. Esses dados indicam o quanto a execução de um orçamento financeiro pode influenciar nas demais áreas da vida e podem diminuir a possibilidade de endividamento.

3 METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado na região do Vale do Itaim, localizado no estado do Piauí, com abrangência total de 16 municípios sendo eles: Acauã, Belém do Piauí, Betânia, Caldeirão Grande, Caridade do Piauí, Cural Novo, Francisco Macedo, Jacobina, Jaicós, Marcolândia, Massapê do Piauí, Padre Marcos, Patos, Paulistana, Queimada Nova e Simões. Como público-alvo, tem-se indivíduos das mais variadas classes sociais, faixas etárias, sexo, cor e níveis de conhecimento.

Revista Interdisciplinar

Visando alcançar os objetivos propostos, esta pesquisa teve uma abordagem quali-quantitativa. Conforme Chemin (2015), a pesquisa qualitativa não se apega a uma preocupação estatística e geralmente é aplicada a uma pequena amostra do público-alvo, objetivando compreender as razões, causas e motivos do problema em questão. Já a abordagem quantitativa, segundo Beuren (2006), tem como característica o emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. É frequentemente aplicada nos estudos descritivos, onde procuram descobrir e classificar a relação entre variáveis e a relação de causa e efeito entre fenômenos.

Foi utilizada, também, a pesquisa descritiva que auxiliou como ferramenta metodológica no processo de compreensão do tema. Segundo Rudio (2007) destaca, a pesquisa descritiva é o mais apropriado quando o objetivo é descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los e interpretá-los.

A técnica aplicada no desenvolvimento da pesquisa foi o estudo de caso, conceituado por Gil (2007, p. 58) “como um estudo aprofundado sobre objetos que podem ser um indivíduo, uma organização, um grupo ou um fenômeno e que pode ser aplicado nas mais diversas áreas do conhecimento”.

Para a coleta de dados, utilizou-se de um questionário virtual realizado através da plataforma *Google Forms*. Para Barros (2007, p. 106), “o questionário é um dos instrumentos mais usados para o levantamento de informações”. No instrumento utilizado, constaram 27 questões fechadas que, além de evidenciar os dados socioeconômicos dos participantes, identificaram o endividamento dos indivíduos, bem como os demais fatores pesquisados. O formulário foi aplicado no período de 10/11/2023 a 30/11/2023 e, por se tratar de uma área comum a grande parte da população, foi distribuído ao máximo possível de participantes, escolhidos por critérios de acessibilidade e conveniência, desde que atendessem à premissa de serem residentes da região do Vale do Itaim.

Com vistas a obter o maior número de respostas possível, o compartilhamento deu-se através das mídias sociais (*Instagram* e *Whatsapp*) e – ainda – com o auxílio dos próprios participantes que compartilharam com outros indivíduos, os quais também puderam dar suas contribuições ao trabalho.

Um termo de esclarecimento virtual foi inserido no formulário para os participantes da pesquisa, garantindo o anonimato dos pesquisados e sua participação por espontânea vontade. Os dados foram tabulados apenas em seu conjunto e para fins unicamente científicos, assegurando a não-identificação dos respondentes.

Finalizada a etapa de coleta, realizou-se a análise dos dados utilizando a técnica de análise descritiva. Sendo esta a abordagem própria para descrever as características dos indivíduos, os dados serão organizados e tabulados para identificar possíveis relações entre as variáveis (Perovano, 2016).

Revista Interdisciplinar

Os dados coletados foram tratados, discutidos e analisados a fim de serem transformados em informações que possam esclarecer e dar luz às lacunas deste trabalho. A análise resultante deu-se através de gráficos e tabelas, com o intuito de alcançar os objetivos propostos e responder à problemática levantada.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelam uma panorâmica detalhada sobre as finanças pessoais na região do Vale do Itaim, contemplando aspectos que vão desde o perfil demográfico dos participantes até suas práticas de controle financeiro e noções de endividamento.

Ao todo, a pesquisa contou com a participação de 104 participantes, de 8 das 16 cidades que compõem o Vale do Itaim. Notou-se uma acentuada participação de indivíduos de Paulistana-PI, sendo 77,9% dos respondentes. Contudo, a pesquisa alcançou indivíduos de alguns outros municípios, como Acauã-PI (4,8%), Betânia-PI (2,8%), Jacobina do Piauí-PI (8,7%), Jaicós-PI (1%), Patos do Piauí-PI (1%) e Queimada Nova-PI (3,8%).

Ao explorar as características demográficas e socioeconômicas, destaca-se a predominância do gênero feminino, sendo 69,2% dos respondentes, enquanto 30,8% são masculinos, sobretudo na faixa etária de 18 a 29 anos (54,8%), sugerindo uma participação expressiva da juventude feminina. Essa distribuição de gênero pode impactar a dinâmica das finanças pessoais, considerando as diferentes abordagens de homens e mulheres em relação ao dinheiro (Hershey et al., 2020).

Ainda em relação à faixa etária, a participação expressiva dos respondentes entre 30 a 39 anos, correspondendo a 28,8%, indica um interesse contínuo na gestão financeira em uma fase mais madura da vida. Por outro lado, as faixas etárias mais avançadas (40 a 49 anos, 50 a 59 anos e acima de 60 anos) representam uma porcentagem menor na amostra, com 9,6%, 4,8% e 1,9%, respectivamente. Essa distribuição levanta questões sobre a inclusão desses grupos nas iniciativas de educação financeira, destacando a necessidade de estratégias específicas para atender às demandas únicas dessas faixas etárias.

Quanto ao levantamento da escolaridade dos participantes, este dado fornece informações cruciais para entender a relação entre o nível educacional e as práticas financeiras. A distribuição dos respondentes revela uma variedade de perfis educacionais, com 41,3% possuindo ensino superior, 38,5% com ensino médio, 13,5% com especialização em alguma área, 2,9% possuem mestrado e duas parcelas menores com ensino fundamental (1,9%) ou sem escolaridade formal (1,9%).

A análise sobre o status de emprego ou ocupação dos participantes proporciona valiosas percepções sobre a estabilidade financeira na região. Os dados mostram que a maioria expressiva, representando 81,7%, declara-se atualmente empregada ou com uma ocupação que assegura uma renda

Revista Interdisciplinar

estável. Este dado sugere uma relativa estabilidade econômica na região, visto que a maior parte da amostra possui uma fonte consistente de renda.

Essa proporção de respondentes empregados está em consonância com estudos que ressaltam a correlação positiva entre emprego e bem-estar financeiro individual e, por extensão, comunitário. Trabalhos como o de Stevens (2015) evidenciam que o emprego não apenas proporciona uma renda estável, mas também desempenha um papel crucial na redução do estresse financeiro.

Contudo, a análise não deve negligenciar a parcela considerável de participantes (18,3%) que afirmaram não estar empregados ou não possuir uma ocupação com renda garantida. Este grupo pode enfrentar desafios financeiros adicionais, incluindo a possibilidade de endividamento devido à instabilidade de renda. Robb e Woodyard (2011) destacam que a falta de emprego está associada a níveis mais elevados de angústia financeira e comportamentos financeiros adversos.

Esta dualidade nos resultados evidencia a importância de estratégias de educação financeira e suporte para indivíduos desempregados ou em ocupações precárias. Iniciativas direcionadas a esse grupo podem contribuir significativamente para aprimorar as práticas financeiras e prevenir o endividamento em momentos de instabilidade profissional.

Nota-se um cenário dual na região, com uma maioria empregada desfrutando de estabilidade financeira, mas uma minoria enfrentando desafios significativos devido à falta de emprego ou ocupações com renda garantida.

Como apontado por Robert T. Kiyosaki (1997), a renda é um fator crítico nas decisões financeiras e pode influenciar diretamente o caminho para a prosperidade financeira. No contexto de emprego e renda, a distribuição de renda concentra-se majoritariamente (38,5%) na faixa de R\$ 1.000 a R\$ 2.500. Ainda, com 30,8% relatam sobreviver com menos de R\$ 1.000 e destaca uma realidade na qual uma parte considerável enfrenta desafios financeiros significativos. Esse cenário sugere a presença expressiva de uma população com renda modesta, o que pode influenciar diretamente nas práticas de gestão financeira e na propensão ao endividamento.

Um renomado especialista em finanças pessoais, Dave Ramsey (2003), menciona que a gestão eficiente do dinheiro muitas vezes envolve a criação de orçamentos realistas, mesmo quando os recursos são limitados e reforça a necessidade de estratégias específicas de educação financeira para indivíduos dessas faixas de renda. Tal fato pode impactar diretamente nas práticas de gestão financeira, tornando a educação financeira uma ferramenta essencial para superar obstáculos.

É notável também a participação de 21,2% dos participantes com renda entre R\$ 2.501 e R\$ 4.500, indicando uma classe média em ascensão. Contudo, vale ressaltar que mesmo dentro dessa faixa, a necessidade de uma gestão financeira prudente é crucial, conforme destacado por Buffett (2013).

Revista Interdisciplinar

A presença de 5,7% com renda entre R\$ 4.501 e R\$ 8.000, 1,9% entre R\$ 8.001 a R\$ 10.000, e uma parcela adicional de 1,9% com mais de R\$ 10.000 mensais, aponta para uma diversidade econômica. No entanto, é fundamental reconhecer que independente da faixa de renda, o endividamento pode ser um desafio, conforme discutido por autores como Ferguson (2008). Essa heterogeneidade destaca a importância de estratégias personalizadas de educação financeira que levem em consideração a renda específica de cada grupo.

Quanto ao controle financeiro dos participantes, os dados demonstram que uma parcela significativa, correspondendo a 64,4%, afirma realizar algum tipo de controle sobre suas finanças, registrando suas receitas e despesas, conforme mostrado no gráfico 2. Este dado aponta para uma atitude positiva em relação à gestão financeira, indicando uma consciência sobre a importância de acompanhar de perto os aspectos monetários de suas vidas.

Essa constatação é congruente com as premissas de literatura especializada em finanças pessoais. Autores como Santos e Verdi (2017), ressaltam que o controle financeiro é uma prática fundamental para o desenvolvimento de hábitos saudáveis de gestão financeira. O ato de registrar e analisar gastos permite uma maior compreensão da realidade financeira, contribuindo para tomadas de decisão mais conscientes.

No entanto, mesmo com a maioria demonstrando realizar algum controle financeiro, é pertinente observar que 35,6% dos participantes afirmam não adotar essa prática. Essa parcela pode se encontrar em uma situação de maior vulnerabilidade financeira, uma vez que a ausência de controle dificulta a identificação de padrões de gastos e a implementação de estratégias de economia. Estudos como o de Klapper, Lusardi e van Oudheusden (2015), destacam a relação direta entre a literacia financeira, que inclui o controle financeiro, e melhores decisões econômicas.

No que tange ao planejamento financeiro para o futuro, 51,9% dos participantes afirmam possuir algum tipo de planejamento. Isso demonstra uma preocupação com a projeção de despesas e o desenvolvimento de reservas para eventualidades. A relevância dessa prática é ressaltada por diversos autores, como Lusardi e Mitchell (2007), evidenciando que o planejamento financeiro está diretamente associado à segurança financeira a longo prazo.

Por outro lado, 48,1% dos respondentes indicam a ausência de um planejamento financeiro, vide gráfico 3. Esta constatação aponta para uma oportunidade de intervenção e educação financeira, já que o planejamento é uma ferramenta crucial para garantir estabilidade e preparação para o futuro financeiro.

Assim, é possível observar o que sugere ser uma dicotomia na adoção de práticas financeiras entre os participantes, destacando a necessidade de programas educacionais e de conscientização voltados para o controle e planejamento financeiro.

Revista Interdisciplinar

Quanto à gestão das finanças pessoais, demonstrou uma variedade de obstáculos que impactam diretamente suas práticas financeiras. Dentre os desafios, destaca-se que 40,4% dos respondentes apontam "controlar os gastos" como o fator que mais atrapalha na gestão financeira. Esse dado está em sintonia com estudos recentes que enfatizam a importância do controle de despesas para a saúde financeira individual (Gomes, 2021).

A presença significativa de 19,2% dos participantes que destacam o comportamento de compra compulsivo como um desafio também merece atenção. Esse dado corrobora com as discussões de autores como Santos e Silva (2019), que abordam as questões psicológicas relacionadas aos hábitos de consumo, evidenciando como aspectos emocionais podem impactar negativamente nas finanças pessoais.

Mencionada por 16,3% dos participantes, a literatura ressalta que a ausência de um planejamento financeiro pode levar a decisões impulsivas e prejudiciais para a estabilidade econômica, segundo Oliveira (2018). Por outro lado, a menção de 11,5% dos respondentes às dívidas existentes como um desafio realça a necessidade de estratégias para o enfrentamento e a reestruturação de dívidas, evitando impactos negativos a longo prazo (Souza, 2020).

A citação de respostas relacionadas à baixa renda e à necessidade, sendo 1% em ambas, como fatores que dificultam a gestão financeira destaca a interligação entre o contexto socioeconômico e as práticas de controle financeiro (Martins, 2017). Essa observação salienta a importância de abordagens diferenciadas para grupos específicos, considerando as particularidades de cada realidade.

Além disso, a menção de situações de "emergência" (1%) destaca a necessidade de estratégias de reserva financeira e planos de contingência para lidar com imprevistos (Gomes, 2021).

Em um questionamento acerca das estratégias de planejamento financeiro para o futuro, no qual era permitido optar por mais de uma opção, notavelmente a preferência por orçamento mensal foi escolhida por 59,6% dos respondentes e destaca a importância do controle sistemático de gastos e ganhos ao longo do mês como uma prática fundamental (Gomes, 2021). Ainda, a escolha de 33,7% dos participantes pela estratégia de "poupança" demonstra a persistência de práticas tradicionais de reserva financeira, sem muitos riscos. No entanto, é fundamental destacar a necessidade de diversificação de investimentos para otimizar os retornos financeiros (Santos; Silva, 2019).

O percentual de 8,7% dos participantes que optaram por investimentos reflete uma busca por alternativas mais rentáveis, como ações, fundos imobiliários e criptomoedas. Este movimento ressalta a importância de incluir o entendimento e avaliação de diferentes modalidades de investimento na educação financeira (Oliveira, 2018).

Revista Interdisciplinar

Ainda, uma parcela (9,9%) indicou não realizar nenhum tipo de planejamento financeiro. Essa constatação retrata a urgência de ações educativas para incentivar práticas de gestão financeira, enfatizando os benefícios de um planejamento estruturado (Martins, 2017).

A resposta que sugere pensar no futuro, priorizando gastos alinhados aos objetivos pessoais, destaca a importância do planejamento consciente e alinhado aos valores individuais. Essa abordagem está em consonância com a ideia de que o planejamento financeiro deve ser personalizado e alinhado aos valores e objetivos de cada indivíduo (Souza, 2020).

A expressiva porcentagem de 23,1% que identificou a má administração financeira como a principal causa para enfrentar o endividamento demonstra a urgência na implementação de estratégias educacionais focadas na gestão financeira pessoal. Alves e Vieira (2022) reforçam essa necessidade ao salientar que a educação financeira é essencial para capacitar indivíduos a tomar decisões informadas sobre seus recursos.

O desemprego, mencionado por 19,2% dos participantes, emerge como um fator preocupante. Isso ressalta a importância de políticas públicas e iniciativas privadas voltadas para a empregabilidade e a criação de redes de segurança financeira em períodos de instabilidade profissional (Lopes, 2019). As emergências médicas e os gastos impulsivos são fatores adicionais que contribuem significativamente para o endividamento, representando 12,5% e 10,6%, respectivamente. A literatura traz a necessidade de construção de um fundo de emergência e o desenvolvimento de habilidades para resistir aos impulsos de consumo (Martins; Pereira, 2021).

Constatou-se, ainda que 7,7% relaciona seu endividamento a dívidas contraídas por cartões de crédito e/ou cheque especial etc. e uma baixa porcentagem (2,9%) atribuiu ao aumento da inflação como causa de endividamento, tais dados sugerem uma possível falta de compreensão sobre os impactos inflacionários e de juros nas finanças pessoais. Silva e Costa (2018) apontam que a educação financeira pode desempenhar um papel fundamental na conscientização sobre essas questões econômicas.

A constatação de que 34,6% dos participantes afirmaram não ter enfrentado o endividamento é um dado relevante que revela uma diversidade de experiências financeiras na amostra. Essa parcela da população pode ser interpretada como um grupo que, até o momento da pesquisa, conseguiu evitar situações de endividamento.

Essa proporção mais significativa de pessoas que não enfrentaram endividamento pode indicar que uma parte da população possui práticas financeiras mais conservadoras, evitando comprometimentos excessivos com dívidas. Essa abordagem pode ser influenciada por diferentes fatores, como uma boa educação financeira, planejamento cuidadoso e uma mentalidade de consumo consciente (Souza; Oliveira, 2019).

Revista Interdisciplinar

Contudo, é importante ressaltar que a ausência de endividamento até o momento da pesquisa não garante imunidade futura a essa situação. As mudanças nas condições econômicas, pessoais ou imprevistos podem impactar a estabilidade financeira desses indivíduos, ressaltando a necessidade contínua de conscientização e educação financeira mesmo entre aqueles que ainda não enfrentaram o endividamento.

Questionados se estavam endividados atualmente, 77,9% afirmaram não enfrentar essa situação, enquanto 22,1% relataram estar endividados. Essa divisão entre endividados e não endividados fornece um panorama inicial da saúde financeira da amostra e pode indicar que uma parte significativa da amostra está conseguindo gerenciar suas finanças de maneira eficaz, evitando situações de dívida.

No que se refere aos métodos de pagamento utilizados na maioria das compras, os participantes da pesquisa preferem utilizar o Pix (39,4%) e o cartão de crédito (34,6%). Essa preferência por métodos eletrônicos pode estar associada à conveniência e agilidade oferecidas por essas formas de pagamento, alinhadas às tendências contemporâneas de digitalização financeira.

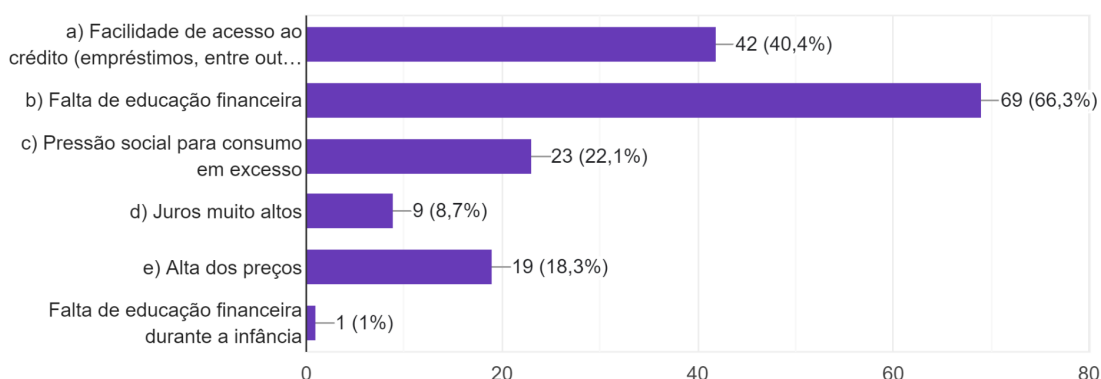
Essa crescente adoção de meios eletrônicos também está em consonância com a tendência global de transição para uma economia sem dinheiro físico. Autores como Rocha e Santos (2020) destacam que o aumento do uso de tecnologias financeiras, como o Pix, reflete uma mudança nas preferências do consumidor e uma busca por soluções mais eficientes e integradas no cotidiano financeiro.

Por outro lado, a opção por dinheiro em espécie (18,3%) ainda é significativa, indicando que parte dos entrevistados mantém o hábito de utilizar dinheiro físico em suas transações. Autores como Souza e Oliveira (2018) apontam que o uso do dinheiro em espécie pode estar relacionado a questões culturais, hábitos arraigados e a uma percepção de controle mais direto sobre os gastos.

Observa-se uma proporção menor de utilização de cartão de débito (5,8%) e outras formas de pagamento, como promissória (1%). Esses dados podem sugerir que, embora os métodos eletrônicos sejam predominantes, existe uma diversidade de preferências entre os participantes.

Quanto aos fatores que contribuem para o endividamento na sociedade moderna, dentre os fatores apresentados, a facilidade de acesso ao crédito desponta como uma preocupação, sendo mencionada por 40,4% dos entrevistados. Esse dado ecoa discussões contemporâneas sobre a democratização do crédito e seus impactos na gestão financeira pessoal (Santos & Lima, 2021). A ampla disponibilidade de empréstimos e linhas de crédito pode levar a decisões financeiras impulsivas, muitas vezes sem uma análise adequada das consequências a longo prazo.

Gráfico 1. Quais fatores você acredita que mais contribuem para o endividamento na sociedade moderna?



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A falta de educação financeira, citada por expressivos 66,3% dos participantes, emerge como um ponto crítico nesse contexto. A literatura acadêmica já consagra a educação financeira como uma ferramenta fundamental na prevenção do endividamento excessivo e na promoção de práticas financeiras responsáveis (Alves; Silva, 2020). A ausência de conhecimentos básicos sobre finanças pessoais pode dificultar a tomada de decisões conscientes, contribuindo para o ciclo do endividamento.

A pressão social para o consumo em excesso é outra variável significativa, mencionada por 22,1% dos entrevistados. Este resultado está alinhado com estudos que exploram a influência do ambiente social nas escolhas de consumo, ressaltando como as expectativas sociais podem exercer pressão sobre os indivíduos para que adotem padrões de vida muitas vezes incompatíveis com suas reais capacidades financeiras (Barbosa; Menezes, 2019).

Os juros elevados e a alta dos preços, embora citados por uma parcela menor dos participantes (8,7% e 18,3%, respectivamente), evidenciam a sensibilidade dos respondentes às condições macroeconômicas. A literatura já abordou como fatores externos, como taxas de juros elevadas e inflação, podem impactar diretamente a capacidade de pagamento das dívidas (Souza; Oliveira, 2018).

A menção da falta de educação financeira durante a infância por 1% dos participantes destaca a importância de abordagens educacionais precoces. A literatura sustenta a necessidade de incluir a educação financeira no currículo escolar, visando capacitar os indivíduos desde os primeiros anos de formação (Santos; Lima, 2021).

Essa análise coletiva dos fatores que contribuem para o endividamento oferece um panorama abrangente, destacando a interconexão de elementos individuais e estruturais na dinâmica financeira dos entrevistados.

Revista Interdisciplinar

Conforme observado, há uma variedade de perspectivas sobre a relação entre ganhos e gastos entre os participantes. A expressiva maioria, totalizando 62,5%, considera sua situação financeira como equilibrada, indicando uma conscientização sobre a importância do gerenciamento financeiro. Essa percepção pode ser um reflexo da influência de programas de educação financeira e da crescente ênfase na literacia financeira na sociedade contemporânea (Lusardi; Mitchell, 2014).

Tal inclinação para uma situação financeira confortável pode ser atribuída a diversos fatores, como um planejamento cuidadoso, controle eficiente de despesas e busca por equilíbrio nas finanças. Segundo Barbosa e Menezes (2019), a conscientização sobre a importância do equilíbrio entre receitas e despesas é fundamental para o bem-estar financeiro individual.

No entanto, é crucial destacar que 29,8% dos entrevistados enfrentam gastos superiores aos ganhos, enquanto apenas 7,7% afirmam ter ganhos maiores que os gastos. Essa disparidade ressalta a necessidade de estratégias direcionadas para a promoção de uma gestão financeira mais eficiente, alinhada com as boas práticas delineadas por especialistas em finanças pessoais (Nagy; Obenauer; Nagy, 2019).

Quanto à principal fonte de renda, a pesquisa revela que a maioria dos participantes, correspondendo a 67,3%, depende predominantemente de salários como sua principal fonte de renda. Essa dependência do salário pode influenciar diretamente a estabilidade financeira dos indivíduos, sendo um aspecto relevante para a compreensão das dinâmicas econômicas locais. Tal cenário é representativo da estrutura econômica tradicional, onde o emprego assalariado continua sendo a principal forma de sustento para a maioria das pessoas (Lima; Barbosa; Oliveira, 2020).

O salário é uma fonte estável e previsível, proporcionando segurança financeira a curto prazo, mas, ao mesmo tempo, evidencia uma possível vulnerabilidade associada à dependência de uma única fonte de renda. A literatura ressalta a importância de diversificar as fontes de renda para garantir uma maior estabilidade financeira (Natalini; Oliveira, 2021).

Aqueles que indicaram "meu próprio negócio" como principal fonte de renda representam 20,2% dos entrevistados. Essa diversificação de fontes de renda pode refletir uma tendência crescente empreendedora, onde indivíduos buscam autonomia financeira e independência por meio de iniciativas próprias (Wennekers; Thurik, 1999). Contudo, é essencial observar que a gestão de um negócio próprio envolve riscos e incertezas, e o sucesso pode depender de vários fatores, como a natureza do negócio, habilidades empreendedoras e as condições do mercado.

A presença de renda de investimentos como fonte de proventos para 1,9% dos entrevistados dá vistas a uma abordagem financeiramente mais sofisticada. Isso sugere que alguns participantes reconhecem a importância de fazer seu dinheiro trabalhar para eles por meio de investimentos. Entretanto, é uma porcentagem relativamente pequena, indicando que a cultura de investimento ainda pode não ser

Revista Interdisciplinar

amplamente difundida na população estudada. A educação financeira, nesse sentido, desempenha um papel crucial em capacitar os indivíduos a compreender e explorar oportunidades de investimento de maneira informada (Lusardi; Mitchell, 2014).

A presença de respostas como "BPC (Benefício de Prestação Continuada)", "não trabalho", "dependo de familiar responsável" e "bolsas" destaca a diversidade de situações financeiras na amostra. Essas categorias representam 2,65% cada e indicam diferentes contextos sociais e econômicos. A dependência de benefícios assistenciais, a falta de emprego e a necessidade de apoio familiar ou bolsas de estudo revelam a complexidade das realidades financeiras entre os participantes.

Dessa forma, é de notável observância que a discussão sobre a principal fonte de renda evidencia a predominância da dependência de salários, a crescente tendência empreendedora, a presença de investidores, bem como a diversidade de situações financeiras. Essa análise aponta para a importância de estratégias que promovam não apenas a estabilidade salarial, mas também incentivem a diversificação de fontes de renda e o desenvolvimento de habilidades financeiras e empreendedoras.

Dos 104 respondentes, 47,1% afirmaram possuir uma reserva de emergência, enquanto 52,9% indicaram não ter tal preparo financeiro. A existência de uma reserva de emergência é um indicador positivo de prudência financeira, proporcionando uma rede de segurança crucial para enfrentar desafios inesperados, como desemprego, despesas médicas não planejadas ou reparos domésticos inesperados (Robb; Babiarz; Woodyard, 2012). Os 52,9% que não possuem uma reserva podem enfrentar maior vulnerabilidade financeira diante de eventos inesperados, uma vez que a ausência de uma reserva de emergência pode expor os indivíduos a riscos financeiros inesperados, conforme discutido por Souza e Oliveira (2018), ressaltando a importância da educação financeira para fomentar práticas de prevenção e proteção financeira.

Os participantes que afirmaram ter uma reserva de emergência podem estar aplicando conceitos de educação financeira e gestão de riscos em suas vidas cotidianas (Bernheim & Garrett, 2003). Ainda assim, é essencial analisar a profundidade e a adequação dessas reservas em relação às despesas mensais e à capacidade de cobrir despesas inesperadas. A literatura destaca a importância de uma reserva equivalente a pelo menos três a seis meses de despesas para garantir uma proteção financeira mais robusta (Hanna; Wang; Yuh, 2017).

A ausência de uma reserva de emergência para uma parcela significativa dos entrevistados pode ser atribuída a diversos fatores, como falta de conhecimento sobre a importância dessa prática, baixa renda disponível para poupança ou mesmo questões culturais relacionadas ao planejamento financeiro (Natalini; Porto; Teixeira, 2020). Nesse sentido, programas educacionais e campanhas de conscientização podem desempenhar um papel crucial na promoção da criação e manutenção de reservas de emergência.

Revista Interdisciplinar

Essa análise sobre a reserva de emergência acentua a presença significativa de práticas financeiras preventivas, mas também aponta para uma lacuna considerável entre aqueles que se preparam financeiramente para emergências e os que não o fazem. Essa disparidade destaca a necessidade contínua de iniciativas educacionais e estratégias para incentivar a criação de reservas de emergência, promovendo uma maior resiliência financeira.

Questionados se já tinham participado de algum curso ou programa de educação financeira, 26,9% afirmaram já ter participado, enquanto a grande maioria, representando 73,1%, indicou não ter tido essa experiência educacional específica.

A participação em programas de educação financeira é um indicador positivo do reconhecimento da importância do conhecimento financeiro para o bem-estar econômico individual (Hastings et al., 2013). Os 26,9% que participaram de tais iniciativas podem ter adquirido conhecimentos sobre orçamento, investimentos, e planejamento financeiro, desenvolvendo habilidades que contribuem para uma gestão mais eficaz de suas finanças pessoais.

A literatura sugere que a educação financeira desempenha um papel crucial na promoção de comportamentos financeiros saudáveis e na redução do endividamento (Fernandes; Lynch Jr; Netemeyer, 2014). A falta de participação por parte de 73,1% dos entrevistados pode indicar uma lacuna significativa na disseminação de programas educacionais eficazes ou uma falta de conscientização sobre a disponibilidade desses recursos.

É relevante considerar as barreiras que podem impedir a participação em cursos de educação financeira, como limitações de tempo, acessibilidade e falta de interesse percebido. Os resultados podem indicar uma oportunidade para instituições educacionais, organizações sem fins lucrativos e órgãos governamentais intensificarem esforços na promoção de programas educacionais acessíveis e relevantes para diferentes segmentos da população.

Acerca do impacto da falta de conhecimento sobre planejamento financeiro nas decisões financeiras dos participantes, 34,6% afirmaram que tal fato afeta suas decisões financeiras de maneira significativa, enquanto 40,4% indicaram uma influência moderada. Por outro lado, 19,2% sentem um impacto leve, e 5,8% afirmam que a falta de conhecimento não afeta suas decisões financeiras.

Os resultados ressaltam a relevância do conhecimento financeiro na tomada de decisões econômicas e sugerem que uma parcela significativa da amostra reconhece a influência do planejamento financeiro em suas vidas. Essa constatação alinha-se com estudos que indicam que a falta de literacia financeira pode levar a escolhas inadequadas, endividamento excessivo e inadequada preparação para o futuro (Lusardi; Mitchell, 2007).

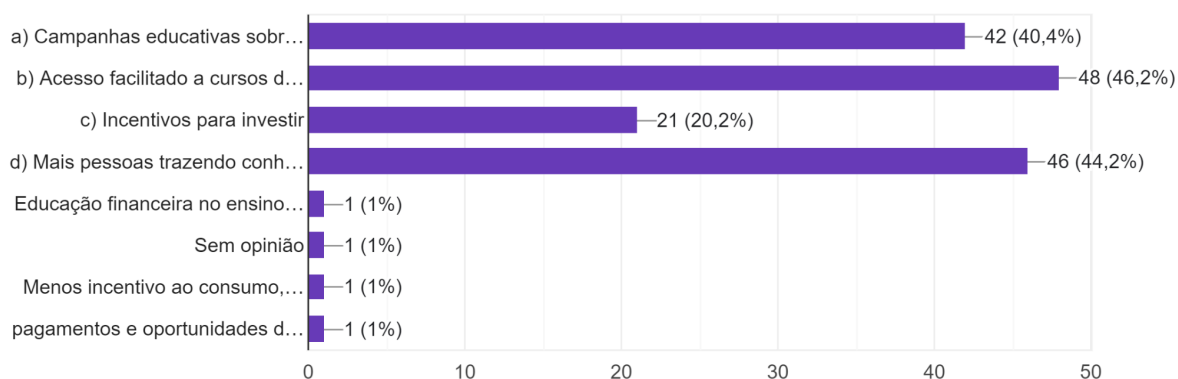
Revista Interdisciplinar

O grupo que relatou um impacto significativo pode enfrentar desafios mais substanciais, o que destaca a necessidade de iniciativas educacionais direcionadas a essa população. Programas de educação financeira, especialmente aqueles centrados em planejamento financeiro, podem fornecer ferramentas e conhecimentos necessários para melhorar a gestão das finanças pessoais.

A compreensão dos fatores subjacentes à falta de conhecimento financeiro é essencial para desenvolver estratégias eficazes de educação financeira. Barreiras como a falta de acesso a recursos educacionais, linguagem complexa e falta de conscientização podem ser abordadas para melhorar a literacia financeira da população em geral.

Quanto aos tipos de iniciativas que os participantes acreditam que poderiam incentivar melhores práticas financeiras na sociedade, o gráfico 2 ressalta a predominância de respostas indicando a necessidade de acesso facilitado a cursos de educação financeira (46,2%) destaca a importância atribuída à formação prática e teórica como meio de capacitar indivíduos a lidar eficientemente com questões financeiras.

Gráfico 2. Que tipo de iniciativas você acredita que poderiam incentivar melhores práticas financeiras na sociedade?



Fonte: Dados da Pesquisa (2023)

A demanda por acesso facilitado a cursos de educação financeira está em sintonia com a literatura que enfatiza a eficácia de programas educacionais específicos para o desenvolvimento de habilidades financeiras (Fernandes; Lynch Jr; Netemeyer, 2014). Essa abordagem sugere que a educação financeira não é apenas uma ferramenta para o entendimento conceitual, mas também uma ferramenta prática para a aplicação de conhecimentos na vida cotidiana.

Além disso, a expressiva indicação de campanhas educativas sobre finanças pessoais (40,4%) e a importância atribuída a mais pessoas trazendo conhecimentos sobre o tema na região (44,2%) ressaltam a relevância da disseminação de informações por meio de diferentes canais. Campanhas educativas têm o potencial de atingir um público mais amplo, enquanto a valorização de pessoas trazendo conhecimentos

Revista Interdisciplinar

destaca a importância da disseminação horizontal do aprendizado, fortalecendo a comunidade como um todo.

Por outro lado, a indicação de incentivos para investir (20,2%) sugere um reconhecimento da importância do desenvolvimento de hábitos de investimento como parte integrante da educação financeira. Essa perspectiva está alinhada com a compreensão de que, além de gerenciar despesas, é essencial promover práticas que permitam o crescimento do patrimônio financeiro a longo prazo.

Essas perspectivas convergentes ressaltam a complexidade do desafio de promover práticas financeiras saudáveis na sociedade. Iniciativas que combinem educação prática, campanhas informativas e a valorização do compartilhamento de conhecimentos podem ser cruciais para atingir diferentes segmentos da população e criar uma cultura financeira mais robusta.

A avaliação do conhecimento dos entrevistados sobre os juros do cartão de crédito e seu impacto nas finanças pessoais revela um quadro encorajador em termos de conhecimento financeiro, embora alguns desafios persistam.

A maioria expressiva, composta por 70,2% dos participantes, afirmou compreender como funcionam os juros do cartão de crédito em caso de atraso. Esse dado sugere um nível razoavelmente alto de conscientização sobre os custos associados ao não cumprimento das datas de pagamento. Tal compreensão é crucial, pois os juros do cartão de crédito geralmente são elevados, e o não pagamento integral da fatura pode levar a um ciclo de endividamento de difícil reversão (Agarwal *et al.*, 2016).

No entanto, é importante observar que 29,8% dos entrevistados indicaram não ter esse conhecimento. Isso destaca uma lacuna significativa na literacia financeira que merece atenção. Estratégias educativas direcionadas para explicar detalhadamente o funcionamento dos juros do cartão de crédito podem ser implementadas para preencher essa lacuna e capacitar os consumidores a tomar decisões mais informadas.

Além disso, considerando que a literacia financeira é um fator-chave na promoção da estabilidade financeira individual e coletiva (Lusardi & Mitchell, 2007), abordagens educativas contínuas são fundamentais. Ao melhorar a compreensão dos consumidores sobre os aspectos intrincados dos juros do cartão de crédito, é possível fortalecer a capacidade de gerenciamento financeiro e reduzir os riscos associados ao endividamento.

A análise dos dados referentes ao conhecimento sobre os juros de empréstimos revela uma disparidade significativa na literacia financeira dos entrevistados. 59,6% dos participantes afirmaram ter compreensão sobre como funcionam os juros de empréstimos e seu impacto na vida financeira, enquanto 40,4% admitiram não possuir esse conhecimento.

Revista Interdisciplinar

Essa discrepância na compreensão dos juros de empréstimos pode ter implicações substanciais nas decisões financeiras dos indivíduos. Conforme ressaltado por diversos estudiosos, a falta de entendimento sobre os custos associados a empréstimos pode resultar em escolhas financeiras prejudiciais e contribuir para o ciclo de endividamento (Lusardi; Tufano, 2015; Hastings et al., 2013).

Investir em programas educativos contínuos torna-se crucial para preencher essa lacuna e promover uma disseminação de compreensão financeira. Segundo Lusardi e Mitchell (2007), a educação financeira desempenha um papel vital na tomada de decisões informadas, capacitando os indivíduos a evitar armadilhas financeiras e melhorar sua saúde financeira a longo prazo.

As respostas revelam as perspectivas do grupo sobre a inflação e seus impactos na vida financeira. Uma parcela afirmou que sabe e compreende os efeitos (38,5%), daí observa-se um nível de conhecimento considerável dentro da amostra. Esse resultado é encorajador, pois a compreensão da inflação é fundamental para a tomada de decisões financeiras informadas. Essa porcentagem demonstra que uma parcela significativa dos participantes já possui uma base sólida sobre esse conceito econômico crucial.

Para embasar essa discussão, Lusardi e Mitchell (2014) destacam a importância do conhecimento financeiro na capacidade de enfrentar desafios econômicos. Indivíduos que compreendem os efeitos da inflação estão mais propensos a adotar práticas financeiras saudáveis e a tomar decisões informadas. Assim, o dado ressalta a necessidade de direcionar esforços educativos para aspectos mais específicos da educação financeira que podem complementar o entendimento já existente.

Acerca da parcela que afirmaram compreender basicamente sobre inflação, mas que desejariam saber mais (36,5%), destaca-se a importância do desenvolvimento de iniciativas educativas contínuas. De acordo com Almeida e Quandt (2015), programas de educação financeira têm o potencial de melhorar significativamente o entendimento das pessoas sobre conceitos econômicos, como a inflação. Iniciativas que ofereçam informações claras e acessíveis podem contribuir para o fortalecimento da educação financeira da população.

Já o grupo que afirmou não estar familiarizado com o termo "inflação" (9,6%) aponta para a necessidade de abordagens diferenciadas na disseminação de conhecimento. Nesse contexto, Camargo e Hilsdorf (2018) ressaltam a relevância de estratégias diversificadas, considerando que diferentes pessoas respondem de maneiras distintas a abordagens educativas. Iniciativas que envolvam linguagens simples e exemplos práticos podem ser particularmente eficazes para esse público.

Quanto ao grupo que afirmou ter ouvido falar sobre inflação, mas sem compreender exatamente o que significa (7,7%), é crucial destacar a relação entre o entendimento da inflação e a capacidade de tomar decisões financeiras informadas. Conforme destacado por Lusardi e Mitchell (2014), a educação financeira está diretamente ligada à capacidade de planejar para o futuro e enfrentar adversidades financeiras. Nesse

Revista Interdisciplinar

sentido, programas educativos específicos podem ser desenvolvidos para esclarecer o impacto da inflação nas finanças pessoais.

A literatura ressalta a importância do entendimento da inflação para as decisões financeiras, como destacado por Vasconcelos e Hamdan (2018). A falta de conhecimento sobre inflação pode impactar negativamente o planejamento financeiro e as escolhas de investimento (Hastings et al., 2019).

Ao final, os participantes puderam deixar suas contribuições, de forma livre e aberta, com sugestões acerca do que poderia ser realizado na região pesquisada para melhorar a educação financeira. Assim, daqueles que optaram por se expressarem, foi possível observar o desejo por cursos específicos sobre planejamento financeiro pessoal, demonstrando uma demanda por programas práticos que consigam abordar diretamente as preocupações financeiras individuais. Esse anseio é alinhado com a proposta de iniciativas educacionais mais personalizadas, capazes de atender às demandas específicas da população (Lusardi; Mitchell, 2007).

Ainda, a sugestão recorrente de introduzir uma disciplina de educação financeira no ensino médio destaca a importância de começar a abordar esses temas desde cedo na formação dos jovens. Essa recomendação está estruturada com a literatura, que argumenta que a educação financeira desde a juventude pode resultar em adultos mais capazes de gerenciar suas finanças (Hastings et al., 2019).

A proposta de campanhas, palestras e eventos educativos na região reflete o reconhecimento da necessidade de abordagens abrangentes e acessíveis para alcançar um público mais amplo, porém de forma mais próxima à realidade de muitos. A literatura destaca que campanhas educativas podem ser eficazes para aumentar a conscientização e promover o conhecimento financeiro (Lusardi; Mitchell, 2007).

Uma outra sugestão, que trata sobre a solicitação de cursos online sobre finanças pessoais, evidencia a busca por flexibilidade e conveniência no acesso à educação financeira. Esse viés pode ser considerado em sintonia com as tendências de aprendizado contemporâneas, que valorizam a acessibilidade e a adaptabilidade (Choules, 2019).

As respostas destacam a necessidade de políticas públicas e parcerias entre instituições financeiras e de ensino para promover a educação financeira. Essa abordagem ressalta a importância da colaboração entre setores público e privado para impulsionar iniciativas eficazes de finanças (Lusardi; Mitchell, 2017).

Uma última indagação permitia que os partícipes pudessem compartilhar experiências e perspectivas relacionadas ao tema da educação financeira. Uma observação recorrente foi a importância do planejamento financeiro na vida das pessoas, destacando que muitas situações de descontrole ocorrem devido à falta de conhecimento sobre como gerenciar gastos e renda. Esse dado corrobora com o que a literatura destaca sobre a relação entre a educação financeira e a capacidade de realizar um planejamento efetivo (Hilgert; Hogarth; Beverly, 2003).

Revista Interdisciplinar

A influência da quarentena também é mencionada, com alguns participantes compartilhando que o período de isolamento social os motivou a estudar sobre finanças. Essa observação ressalta a importância de abordar a educação financeira em diferentes contextos e situações, reconhecendo que eventos externos podem desempenhar um papel significativo na conscientização sobre questões financeiras.

Experiências de endividamento, como a aquisição de dívidas no cartão de crédito, são mencionadas, mas alguns indivíduos também compartilham histórias de superação, buscando cursos online gratuitos para melhorar suas habilidades financeiras. Essas narrativas reforçam a ideia de que a educação financeira pode ser uma ferramenta poderosa para ajudar as pessoas a lidar com desafios financeiros (Lusardi; Mitchell, 2007).

Uma observação pontual foi notada nas respostas: a experiência de poder ajudar outras pessoas a evitar golpes e a compreenderem contratos financeiros, isso ressalta a vulnerabilidade que a falta de conhecimento em finanças pode causar. Além disso, destaca a importância não apenas do autocuidado financeiro, mas também da disseminação de informações para proteger outros membros da comunidade contra práticas financeiras prejudiciais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa revelou um panorama complexo das finanças pessoais na comunidade estudada, destacando desafios significativos que afetam a estabilidade financeira e evidenciando lacunas cruciais no conhecimento econômico. Uma das lacunas identificadas foi a falta de compreensão sobre planejamento financeiro, uma barreira que pode contribuir para endividamento e dificuldades em alcançar metas financeiras.

A urgência de promover educação financeira foi um tema recorrente, corroborando estudos anteriores que destacam a importância desse conhecimento para capacitar indivíduos a tomar decisões financeiras informadas (Lusardi; Mitchell, 2007). A sugestão de inserção de disciplinas específicas no ensino fundamental e médio representa uma abordagem estratégica para cultivar hábitos financeiros saudáveis desde a juventude, proporcionando uma base sólida para a tomada de decisões futuras.

Outro ponto crucial identificado foi a necessidade de políticas públicas voltadas para a promoção da educação financeira. Incentivar cursos, palestras e programas específicos para diferentes segmentos da comunidade, como MEI (Microempreendedor Individual) e pequenos produtores rurais, pode ampliar o impacto positivo. Além disso, a conscientização sobre políticas públicas relacionadas à educação financeira pode criar um ambiente propício para mudanças comportamentais.

Revista Interdisciplinar

As experiências compartilhadas pelos participantes destacaram a importância do conhecimento financeiro na superação de dificuldades, enfatizando o impacto positivo de buscar informações e educar-se sobre finanças pessoais. Esses relatos reforçam a necessidade de iniciativas que não apenas forneçam conhecimento, mas também incentivem a aplicação prática desse conhecimento na vida cotidiana.

A médio prazo, a implementação de iniciativas como campanhas educativas, cursos acessíveis e parcerias com instituições financeiras pode fortalecer a conscientização e capacitar os indivíduos a enfrentar desafios financeiros com mais segurança. A longo prazo, a integração da educação financeira no sistema educacional pode contribuir para uma mudança cultural, preparando as futuras gerações para tomar decisões financeiras mais conscientes.

Em síntese, esta pesquisa oferece insights valiosos para orientar estratégias de intervenção. Ao abordar as lacunas identificadas e promover uma educação financeira abrangente, é possível construir uma base sólida para o empoderamento financeiro da comunidade, promovendo não apenas a estabilidade econômica, mas também uma melhoria significativa na qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ABDALA, V. Endividamento e inadimplência de famílias crescem em junho, diz CNC. **Agência Brasil**. Brasília, 18 jun. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/endividamento-e-inadimplencia-de-familias-crescem-em-junho-diz-cnc>>. Acesso em: 17 abr. 2023.

ALFEST, L. Personal Financial Planning: origins, development and a plan for future direction. **American Economist**. Vol. 48, n.2, p. 53, 2004. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/056943450404800204>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

ARCURI, N. **Me Poupe**. 1. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 89, 90-96

Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. **Mais da metade dos brasileiros não tem reserva financeira**. São Paulo, SP, 2017.

Autarquia de Proteção e Defesa do Consumidor do Estado da Paraíba – PROCON - PB. (2019). **Consumo x Consumismo: você sabe a diferença, as motivações?** João Pessoa, PB. Disponível em: <<https://procon.pb.gov.br/noticias/consumo-x-consumismo-voce-sabe-a-diferenca-as-motivacoes>>. Acesso em: 20 abr. 2023.

BALTHAZAR, M. S. P.; MORGADO, P. H. H.; CABELLO, O. G. (2018). Alternativas de Investimentos em Renda Fixa no Brasil: Comparação entre um Banco de Investimento e um Banco de Varejo. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, 6 (2), 36-57.

Revista Interdisciplinar

Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação e Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília, DF, 2013.

Banco Modalmais. **Reserva de emergência: monte a sua e se proteja de imprevistos**. São Paulo, SP, 2020.

BARROS, A. J. **Fundamentos de metodologia: um guia para a iniciação científica**. 2. ed. ampliada. São Paulo: Makron Books, 2007.

BEBBINGTON, P. E. **Personal debt and suicidal ideation**. Cambridge, 2011. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44675779_Personal_debt_and_suicidal_ideation>. Acesso em: 08 mai. 2023.

BEUREN, I. M. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Resolução CMN nº 3.517, de 2007. Dispõe sobre a informação e a divulgação do custo efetivo total correspondente a todos os encargos e despesas de operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro, contratadas ou ofertadas a pessoas físicas**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=%2Flists%2Fnormativos%2Fattachments%2F48005%2Fres_3517_v1_o.pdf&utm_source=blog&utm_campaign=rc_blogpost>. Acesso em: 17 mai. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.

BROGINI, G. D. **Tributação e benefícios fiscais**. São Paulo: IBPEX, 2008.

CAVALCANTE, B. A.; MELO, L. M. L. D.; ALMEIDA, F. V. H. D. A importância da educação financeira na tomada de decisão: um estudo com servidores do centro administrativo e financeiro (CAF) do município de Quixadá - CE. **Revista expressão católica**. 3 (1), 2014. pp. 108-125. Disponível em: <<http://publicacoesacademicas.unicatolicaquixada.edu.br/index.php/rec/article/download/1334/1126>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

CERBASI, G. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2014.

CHEMIN, B. F. **Manual da Univates para trabalhos acadêmicos: planejamento, elaboração e apresentação**. 3. ed. Lajeado: Univates, 2015.

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic)**. Brasil, Abril 2023. Disponível em: <<https://www.portaldocomercio.org.br/publicacoes/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-abril-de-2023/477679>>. Acesso em: 01 mai. 2023.

COSTA, C. M.; MIRANDA, C. J. Educação Financeira e taxa de poupança no Brasil. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, 3 (3), 2013, pp. 57-74.

Revista Interdisciplinar

COSTA, M. C. **Finanças pessoais: um estado de arte**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP. São Paulo, 2004.

FOULKES, S.M.; GRACI, S. P. Guidelines for Personal Financial Planning. **Business**. Vol. 33, n.2; p. 32, 1989.

FRANKENBERG, L. **Seu futuro financeiro**. 8. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

FREZATTI, F.; RELVAS, T. R. S.; DO NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. R.; BIDO, D. S. (2010). Perfil de planejamento e ciclo de vida organizacional nas empresas brasileiras. **Revista de Administração**, 45(4), 383-399. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/44518/48138>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GARMAN, E. T.; FORGUE, R. E. **Personal Finance**. 9. ed. Boston: Houghton Mifflin Company, 2008. p. 1-264.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração Financeira – Essencial**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

HALFELD, M. **Investimentos: como administrar melhor seu dinheiro**. São Paulo: Fundamento Educacional, 2006.

LAHEY, K.; KIM, D.; NEWMAN, M. Household Income, Asset Allocation and the Retirement Decision. **Financial Services Review**. Vol.12, n.3, p. 219, 2003. Disponível em: <<https://go.gale.com/ps/i.do?p=AONE&u=googlescholar&id=GALE|A149157820&v=2.1&it=r&sid=AONE&asid=bf08f847>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

MACEDO JÚNIOR, J. S. **A árvore do dinheiro: guia para cultivar a sua independência financeira**. Elsevier, 2013.

MAO, R. A **Handbook for Personal Financial Management**. Otaniemi, 2017. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/80993438.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2023.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2003.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (2005) **Recomendação sobre os Princípios e as Boas Práticas de Educação e Conscientização Financeira**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/%5BPT%5D%20Recomenda%C3%A7%C3%A3o%20Princ%C3%ADpios%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Financeira%202005%20.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2023.

PEROVANO, D. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais: fundamentos e técnicas**. Atlas. São Paulo, SP, 2019.

**Revista Interdisciplinar**

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 34. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

SBICCA, A.; FLORIANI, V.; JUK, Y. **Expansão do Crédito no Brasil e a Vulnerabilidade do Consumidor**, v. 8, número 4, 2012, p.6.

SERASA EXPERIAN (Brasil). **Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas**. [S. l.], 2023. Disponível em: <<https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F393a176ff65841abab7e091a3a6b7a9e?alt=media&token=afb3e1a0-b10a-4ff9-ae3a-8554711f8e5f&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>>. Acesso em: 02 mai. 2023.

Serviço de Proteção ao Crédito - SPC. (2020). **Índices Econômicos: Poupança ainda é o investimento mais escolhido pelos brasileiros, aponta levantamento CNDL/SPC Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <<https://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2020/03/Release-Indicador-Reserva-Financeira.pdf>>. Acesso em 15 abr. 2023.

SILVA, A. L. P.; BENEVIDES, F. T.; DUARTE, F. V. Finanças pessoais: análise do nível de educação financeira de jovens estudantes do IFPB. João Pessoa: **Revista Princípios**, 2018, p. 215-224. Disponível em: <<https://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/2174/885>>. Acesso em: 04 mai. 2023.

SOUSA, A.F.; TORRALVO, C. F. **A gestão dos próprios recursos e a importância do planejamento financeiro pessoal**. VII Semead, 2004. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/7semead/paginas/artigos%20recebidos/Finan%E7as/FIN01-A_gest%E3o_dos_pr%F3prios_recursos.PDF>. Acesso em: 02 mai. 2023.

